

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

MAURICIO NEVES AGOSTINHO

**EM BUSCA DE UMA ESCOLA PLURAL: ARQUITETURA ACESSÍVEL E
ACESSIBILIDADE ATITUDINAL**

CRICIUMA - 2012

MAURICIO NEVES AGOSTINHO

**EM BUSCA DE UMA ESCOLA PLURAL: ARQUITETURA ACESSIVEL E
ACESSIBILIDADE ATITUDINAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para
obtenção do grau de licenciatura no curso de Educação
física da Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Orientador (a): Prof. (ª) Maria Neiva Mezari Borges

CRICIUMA - 2012

**EM BUSCA DE UMA ESCOLA PLURAL: ARQUITETURA ACESSIVEL E
ACESSIBILIDADE ATITUDINAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciatura, no Curso de Educação Física da Universidade do extremo Sul Catarinense, UNESC, com a linha de pesquisa em Educação Especial.

Criciúma, 04 de Julho de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. (a) Maria Neiva Mezari Borges – Especialista – (UNESC) – Orientador

Prof. Victor Julierme S. Conceição – Mestre – (UNESC)

Prof. Joni Marcio de Farias – Mestre – (UNESC)

Dedico esse trabalho principalmente aos meus pais Mario Agostinho e Maria Neves Agostinho e família que sempre me apoiaram nas horas mais difíceis de minha vida.

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a DEUS, por essa oportunidade de estar no final de minha graduação e, contudo agradeço aos meus pais Mario Agostinho e Maria Neves Agostinho por estar sempre do meu lado e me apoiando nos momentos difíceis de minha vida. Agradeço a eles principalmente por que lá no começo de minha graduação, foram eles que me incentivaram a estudar para ter um futuro melhor e mais amplo.

Agradeço as pessoas que sempre me ajudaram na minha caminhada a minha irmã Mislaine Neves Agostinho e meu cunhado Rodrigo Lima da Rosa que sempre me ajudaram diretamente e indiretamente. Agradeço a minha irmã Muriel Neves Agostinho por sempre estar ao meu lado e sempre me incentivar ao longo da minha trajetória como acadêmico.

Agradeço a todos os professores que nessa jornada me ajudaram a me tornar uma pessoa capacitada tanto profissionalmente como pessoalmente, pois muitas vezes foram os conselhos e as dicas dos professores para meu crescimento.

Agradeço a minha namorada Renata Pedro que sempre me deu força e sempre me ajudou com palavras amigas e com muito companheirismo, nessa jornada.

Contudo agradeço a minha orientadora Maria Neiva Mezari Borges, por estar ao meu lado e me ajudar ao longo dessa pesquisa, com dicas, livros, textos; com muita paciência e dedicação com minha pessoa.

“A ações educativas inclusivas que propomos tem como eixos o convívio com as diferenças, a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla a sua subjetividade, embora construída o coletivo das salas de aula”.

David Rodrigues

RESUMO

Este trabalho tem como tema: Em busca de uma escola plural: Arquitetura Acessível e Acessibilidade Atitudinal. Tendo como objetivo geral do estudo: Analisar as especificidades necessárias na arquitetura acessível e acessibilidade atitudinal em busca de uma escola plural. A presente pesquisa se caracteriza como bibliográfica. Partindo desta pesquisa foram analisadas bibliografias que se remetem a Educação Especial, com intuito de analisar dados que comprovam se a arquitetura acessível e a acessibilidade atitudinal, estão em sintonia com o objetivo que seria analisar as especificidades necessárias na arquitetura acessível e acessibilidade atitudinal em busca de uma escola plural. Conforme os estudos feitos sobre a arquitetura acessível e a acessibilidade atitudinal podemos perceber que é necessário por em pratica essa escola plural, sendo assim os alunos irão sentir-se incluídos em uma sociedade, pois hoje mesmo temos alunos que são discriminados por professores, colegas de sala, família, e pela própria sociedade. Com esse estudo vimos quanto é importante incluir e ter uma escola adequada tanto na arquitetura acessível quanto na acessibilidade atitudinal, para que nossa sociedade possa crescer em sintonia e sem discriminação. segundo Montoan (1996) educacionalmente falando podemos dizer que "(...) toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos aparte.

Palavras-chave: Deficiência, Direitos de pessoas com deficiência, Acessibilidade e Educação Inclusiva.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

CODEC - Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Criciúma.

LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 ESCOLA PLURAL.....	12
2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ATUALIDADE	13
2.3 DEFICIÊNCIA.....	14
2.4 CONHECENDO AS DEFICIÊNCIAS.....	16
2.5 ALGUMAS ATITUDES QUE FAZEM A DIFERENÇA.	19
3 OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS:.....	21
3.1 DIREITO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	21
3.2 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES.....	21
3.3 PRÁTICAS EDUCACIONAIS: COMO ENSINAR	22
4 ARQUITETURA ACESSIVEL	25
4.1 O DIREITO A ACESSIBILIDADE	25
4.2 ACESSIBILIDADES: ESPAÇO FÍSICO, ADAPTAÇÕES E QUEBRANDO BARREIRAS.....	26
4.3 ARQUITETURA ACESSIVEL NAS ESCOLAS.....	27
4.4 ACESSIBILIDADE ATITUDINAL	28
4.5 OS CAMINHOS PERCORRIDOS EM BUSCA DE UMA ESCOLA PLURAL	30
4.5.1 A terminologia utilizada no Brasil em relação às pessoas com necessidades especiais.....	31
4.5.2 Vertentes pedagógicas	33
4.5.3 Vertente economia da educação.....	33
4.5.4 Vertente médico-pedagógico	34
4.5.5 Vertente psicopedagógico.....	34
5 INCLUSÃO.....	36
6 CONCLUSÃO	37

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....39

1 INTRODUÇÃO

Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. O fato é que para qualquer estatística que se olhe percebe-se a ausência da pessoa com deficiência, resultado significativo a revelar que esta pessoa “não esta contada” por que ela não faz parte da pluralidade nesse universo social-produtivo. Atualmente é a falta de comprimento de comandos essenciais a qualquer cidadão: ter acesso a ser mantido na escola com ensino de qualidade; ter meios de se qualificar profissionalmente, ter acesso adequado a bens e serviço. (FONSECA, 1995. p, 7)

Diante de todos estes contextos a referida pesquisa apresenta como tema: Em Busca de Uma Escola Plural: Arquitetura Acessível e Acessibilidade Atitudinal e tem como problema: Quais são os impedimentos arquitetônicos e atitudinais em busca de uma escola plural? e o objetivo geral é analisar as especificidades necessárias na arquitetura acessível e acessibilidade atitudinal em busca de uma escola plural. Eu como futuro profissional de Educação Física devo buscar e conhecer as necessidades e capacidades de cada pessoa, com isso procurar potencializar sua autonomia e independência. No primeiro capítulo irei tratar-se sobre uma escola plural onde é uma escola que atenda todos os tipos de alunos aqueles com deficiência e mesmo com os normais, uma escola que esteja preparada para atender com eficiência esses alunos. Falaremos também sobre os tipos de deficiência. No segundo capítulo maiores informações, sobre os direitos das pessoas com deficiência e contudo sabemos que todos nós temos o direito de ter uma educação de qualidade sem discriminação e preconceito. No terceiro capítulo iremos conhecer que todos nós temos o direito de ter uma acessibilidade arquitetônica adequada, para podermos ir e vir livremente sem obstáculos arquitetônicos e atitudinais. Finalizando com o capítulo sobre a inclusão na qual nos remete a refletir que não importa a deficiência, a raça, cor, temos que incluir na sociedade, pois essas pessoas têm sentimentos e são seres humanos como qualquer outro.

Buscamos com estes capítulos esclarecer melhor este processo evolutivo em busca de uma escola plural, onde aprendendo com as diferenças das pessoas

com deficiência, informamos, promovemos e asseguramos o direito e o respeito destas pessoas na sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ESCOLA PLURAL

No início da década de 1990 em todo território nacional foi adotado as novas exigências da Constituição da República onde o acesso as escolas foram pra todas as crianças em idade escolar, onde passou a ser o primeiro grande desafio das Políticas Públicas de educação. O grande objetivo é ter uma escola pública onde não haja discriminação, pluralista, democrática, não-excludente, capaz de incorporar toda a comunidade escolar, independentemente de raça e sexo. Pretendia-se adotar um currículo, mais diversificado culturalmente, que incorporasse atividades artísticas, valorizasse a história, a literatura aberta para a comunidade, sem descuidar das disciplinas tradicionais. O grande objetivo e desafio é construir um novo ordenamento de escola pública onde fossem capazes de produzir uma escola pública de qualidade, e acabar com a antiga lógica de organização da escola que todos consideramos elitista.

Segundo Soler (2005) ideal será o dia em que poderemos conviver todos juntos sem imaginar outra forma “Hoje o grande desafio é a elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentem, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social”.

As escolas devem ser um espaço destinado a todos, pois sendo democrático e acolhedora estará recebendo a todos e todas as diferenças e individualidades.

Segundo Morin (2001), “O mundo torna-se cada vez mais um todo, cada parte do mundo faz mais e mais, parte do mundo e o mundo, como um todo, esta cada vez mais presente em cada uma de suas partes. Isto se verifica não apenas para nações e povos, mas para os indivíduos. Assim como cada ponto de um holograma contém a informação do todo da qual faz parte, também doravante, cada indivíduo recebe ou consome informações e substâncias oriundas de todo o universo”.

A inclusão é algo muito novo e desconhecido, por isso não podemos afirmar nada, mas tentar de alguma forma colocá-la em prática, pois não existe outro caminho, se não o da inclusão de todas as diferenças.

A escola não pode somente trabalhar com aqueles que possuem habilidades, mas ela deve proporcionar habilidades a todos, sem discriminação.

2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ATUALIDADE

A educação na atualidade nos faz remeter em algumas perguntas que estão em aberturas nos fatores de que as características e os potenciais de pessoas com deficiência nos procedimentos e estratégias de ensino.

A literatura especializada aponta grandes avanços recentes, mas ao mesmo tempo, revela imensas lacunas no conhecimento relativo a problemas que envolvem os indivíduos especiais, suas famílias, a escola e a comunidade; problemas cuja solução depende de investigação científica e de intervenção que seja cientificamente embasada e avaliada. (MENDES, 2006).

A educação inclusiva hoje é um fenômeno que requer posicionamento ideológico, em especial por se tratar de uma ideologia importada de países desenvolvidos, que representa uma igualdade ao modismo, pois não se tem lastros históricos na realidade brasileira que a sustenta. Não se pode negar que na perspectiva filosófica a inclusão é uma questão de valor, ou seja, é um imperativo moral, e nem questioná-la dentro da ética vigente nas sociedades ditas democráticas, onde não se pode destacar que a adoção de diretrizes baseadas na educação inclusiva pode ser a única estratégia política com potencial para garantir o avanço necessário na Educação Especial Brasileira. (OLIVEIRA, 2006).

Em outros países, por exemplo, o movimento se assenta em contextos onde já existe um razoável acesso a educação, uma rede diversificada e melhor qualidade de serviço, nos quais a perspectiva de educação inclusiva representou apenas um passo natural em direção a mudança. (MENDES, 2006).

Com esses fatores o Brasil e a educação inclusiva de certa forma têm que se desenvolver ainda mais e as universidades podem contribuir mais nesse processo.

No Brasil há procedimentos que geram dados que permitem subsidiar o acompanhamento de políticas públicas educacionais, que adotem a perspectiva da inclusão, sobre formação de professores (do ensino regular e especial) e estratégias pedagógicas inclusivas que podem ser adaptadas para a realidade brasileira. (ZANELLA, 2006).

A mudança requer ainda um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que ela possa ser posta em prática, pois é na existência de pessoal cientificamente preparado, para identificar as armadilhas de concepção e procedimentos inadequados, que reside a possibilidade de alterar a realidade da Educação Especial no país. (ZANELLA, 2006).

Assim sendo, o futuro da educação inclusiva em nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviço, familiares e indivíduos com deficiência, para trabalhar numa meta comum que seria a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos. (MENDES, 2006).

Contudo acredito que a realidade da Educação Especial no Brasil não é a adequada, mas percebe-se que temos grandes mobilizações por parte de todos para uma melhoria da mesma.

Tudo isso, pressupõe grandes avanços e mudanças na sociedade como um todo, acabando definitivamente com o preconceito, buscando analisar sobre quais as condições necessárias na inclusão das pessoas com deficiências na atual escola pública, através de pesquisas, dados confiáveis e precisos, abandonando definitivamente discussões meramente opinativas, que não resultam na efetivação de uma Educação Especial séria e eficaz. (ROSSETO, 2006.)

“Antigamente, tratar como inválido ou incapaz fazia com que as pessoas que possuíam deficiência permanecessem distantes do convívio social, onde se fazia da ‘esmola’ o emprego dos deficientes”. Faz-se valer a Declaração Universal dos direitos do homem, onde [...] “todos os seres humanos sem qualquer distinção gozam de direitos iguais e inalienáveis de dignidade humana e de liberdade”. (CANZIANI, 1985, P 33).

O sentido de Educação Especial nos dias de hoje vem sendo atribuído muitas vezes como assistência aos deficientes e não o de educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. (MAZZOTTA, 2005).

2.3 DEFICIÊNCIA

É que apresenta, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou mentais, decorrentes de fatores inatos

e/ou adquiridos de caráter permanente e que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social. (SOLER, 2005. P, 51)

De acordo com a história ela nos mostra como os povos tratavam os membros com deficiência se as crianças nasciam com algum tipo de deficiência ou com alguma fraqueza extrema eram de alguma forma eliminadas através de negligência ou até mesmo da própria violência. Já se fossem adquiridas depois de adulto os próprios povos cuidavam e eles tinham um tratamento diferenciado. (GUGEL, 2007. p. 23)

Na Antiguidade Clássica, Silva (1987) afirma, a sociedade movia-se na busca daquilo que considerava perfeição: a arte, a ciência, a técnica da retórica. Sabe-se que em Esparta crianças com deficiência física ou até mesmo mental eram consideradas subumanas e com isto legitimavam a eliminação ou abandono dos mesmos.

No início da idade média foi marcado pelas más condições de vida e de saúde das pessoas, que encaravam aqueles que nasciam com deficiência um castigo que Deus atribuiu. Já os mais supersticiosos acreditavam que nelas estavam poderes de alguns feiticeiros e bruxos, as crianças que sobreviviam eram separadas de suas famílias e quase sempre eram ridicularizadas. (GUGEL, 2008).

Nessa mesma época foram criadas as primeiras universidades e com isso eram ensinados assuntos religiosos, nessa mesma época os deficientes começaram a escapar do abandono, pois a própria igreja começou a acolher essas pessoas com deficiência. Mesmo assim as crianças que nasciam com alguma deficiência tinham pouca chance de sobreviver e aquelas que conseguiam sobreviver eram tiradas de suas famílias e serviram como bobo da corte. (SILVA, 1987)

Na idade moderna surgem os primeiros direitos das pessoas com deficiência, surge também nessa mesma época métodos de comunicação para pessoas surdas, contudo é um tempo de paradoxo que ao mesmo tempo em que cresce a consciência em relação aos direitos desta população, existem ainda muitas atitudes discriminatórias. (SILVA, 1987).

Podemos dizer que foi nesse período que no qual os deficientes eram separados da sociedade onde viviam e eram educados em instituições e com isso tinham pouco contato com pessoas não-deficientes e pouca participação com a sociedade.

Na idade contemporânea a questão crucial é o próprio homem. Baseado nesta compreensão, as atitudes em relação as pessoas com deficiência se modificaram surgindo novas oportunidades educacionais de integração social desses indivíduos. (FREITAS, 2008)

2.4 CONHECENDO AS DEFICIÊNCIAS

Segundo Nascimento (2009), Deficiência Física é uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comportamento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membros, paralisia cerebral (AVC), nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, excepcionadas as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções.

Paraplegia: perda total das funções motoras dos membros inferiores.

Paraparesia: perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.

Monoplegia: perda total das funções motoras de um só membro inferior ou superior

Monoparesia: perda parcial das funções motoras de um só membro inferior ou superior.

Tetraplegia: perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores.

Tetraparesia: perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.

Triplegia: perda total das funções em três membros.

Tri paresia: perda parcial das funções motoras em três membros.

Hemiplegia: perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo.

Hemiparesia: perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo.

Amputação: perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.

Paralisia Cerebral: lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alteração psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental.

Ao incluir a ostomia no conceito de deficiência física, o Brasil torna-se o primeiro país no mundo a reconhecer legalmente a condição de deficiência física a pessoas com ostomia, que é aquela submetida a intervenção cirúrgica objetivando a criação de ostomia na parede abdominal para adaptação de bolsa de fezes e urina, proporcionando um novo caminho para sua saída. Por analogia, foi enquadrada na conceituação de deficiência física, uma vez que há comprometimento de função. As bolsas coletoras utilizadas por elas são consideradas ajudas técnicas, ou seja, são elementos que permitem compensar uma limitação funcional de maneira a permitir a superação de barreiras de mobilidade e possibilitar sua inclusão social (19, IX, decreto nº. 3.298/99). (GUGEL, 2007, pag. 32)

Oportuno é o reconhecimento do nanismo no conceito de deficiência física. As pessoas com nanismo devem ser dirigidas atenções especiais em relação a políticas internas de relações de trabalho, bem como ambientes e espaços de uso pessoal e coletivo acessíveis. As normas técnicas (ABNT) ao apontar as dimensões de espaço, de equipamento e mobiliário urbano, com base nos parâmetros antropométricos de uma pessoa em cadeira de rodas, definem os limites de alcance manual e visual, para que se procedem as condições adequadas de acessibilidade. Abaixo desses limites definidos como necessário as adaptações e mensurados em 1,45m, encontram-se as pessoas com nanismo daí uma das justificativas para esse reconhecimento. (GUGEL, 2007, pag. 33)

As deficiências físicas além do conceito regulamentado no Decreto nº. 5.296/04 tem parte de seu conteúdo definido na lei nº 10.960/2003, que dispõe sobre isenção do imposto sobre produtos industrializados na aquisição de automóveis para utilização de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda e autista. (GUGEL, 2007, pag. 33).

Segundo Gugel (2007), Deficiência Auditiva: Perda bilateral, parcial ou total de dB (quarenta e um decibéis) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ.

A atual conceituação coloca uma pá de cal nas críticas que vinham sendo dirigida a antiga graduação da conceituação de surdez (leve – de 25 a 40 decibéis (dB); moderada- de 41 a 55 dB; acentuada- de 56 a 70 dB; severa- de 71 a 90db;

profunda- acima de 91 dB e surdez total), porque deixava de fornecer três elementos importantes para mensurar a deficiência auditiva, ou seja, as frequências a serem consideradas, os tipos da perda auditiva e a media de perdas a ser consideradas. Aquela abarcava não só as pessoas com surdez, mas, também, com perdas auditivas mínimas e que, portanto, se distanciavam do espírito da norma de proteção, sobretudo no âmbito de aplicação da reserva de vagas em concurso publico. (GUGEL, 2007, pág. 33).

É importante esclarecer a pratica comum no Brasil de se referir à pessoa surda como “surdo-mudo”. Nem toda pessoa surda é muda, pois pode se comunicar por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Essa forma de comunicação e expressão, reconhecida por lei, é sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituindo em um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunicação de pessoas surdas do Brasil (Parágrafo único, art. 1º, lei nº 10.436/02). Assim as pessoas surdas que não se expressam por meio da falta, não têm necessariamente deficiência de voz ou órgão de fala e, portanto não podem ser designadas pessoas mudas. (GUGEL, 2007, pág. 34).

Segundo Gugel (2007), Deficiência Visual: é a cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menos que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 a 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º, ou a ocorrência simultânea de quaisquer umas das condições anteriores.

A prática demonstra após a edição do Decreto nº. 3.298/99, sobre a necessidade da alteração da caracterização da deficiência visual, em especial por estar sub-dimensionada em relação aos casos de deficiência visual grave e geradora de deficiência permanente, as vezes são chamadas de portadores de visão subnormal, fora do enquadramento de deficiência visual.

Percebe-se, portanto a evolução ocorrida a partir da anterior concepção de que deficiência visual era a acuidade visual igual oi menor que 10% no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20% (tabela de Snellen) ou ocorrência de ambas as situações. Essa mesma definição é encontrada na lei nº 10.690/2003 citada, que concede o benefício da exceção do IPI para a aquisição de automóveis por pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda ou autista. (GUGEL, 2007, pág. 35).

Segundo Gugel (2007), Deficiência Intelectual: Funcionamento intelectual significativamente inferior a média, com manifestação antes dos dezoito anos e com limitações de duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como: Comunicação; Cuidado pessoal; Habilidades sociais; Utilização dos recursos da comunicação; Saúde e segurança; Habilidades acadêmicas; Lazer e Trabalho. A definição dos diferentes graus da deficiência intelectual (leve, moderada, severa ou profunda) e do autista obedece a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV).

Deficiência Múltipla: A associação de duas ou mais deficiências. Do ponto de vista da afetividade da norma é relevante uma correta conceituação da deficiência, pois, evita-se impróprio enquadramento de candidato com deficiência que frequentemente é inabilitado para os atos públicos, tanto pela própria administração pública quanto por ato judicial, ou, ao contrário, habilita-se pessoa que pelo regulamento não poderia ser considerada como deficiência. Daí a importância da apresentação, no ato da inscrição do candidato, do laudo médico que atesta a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da CID, com a provável causa da deficiência, obrigação expressamente prevista no artigo 30, IV, do Decreto nº. 3.298/99. (GUGEL, 2007, pág. 36).

2.5 ALGUMAS ATITUDES QUE FAZEM A DIFERENÇA.

Não adiantam de nada termos ambientes adequados acessíveis, com uma infra-estrutura excelente para atender todos os tipos de deficiência se não fizermos a diferença, termos atitudes para que possamos incluir esses alunos com deficiência na sociedade. Para que possamos ter uma mudança significativa temos que começar a conscientizar de forma eficaz as pessoas que nos cercam de forma que o CODEC (2010), nos cita alguns exemplos que fazem total diferença na sociedade tais como a conscientização de pessoas para que as mesmas não parem seus carros em vagas destinados as pessoas com deficiência ou até mesmo colocando o carro em frente a rampas de acessos. Uma das atitudes mais importantes são sempre respeitar o deficiente e os ambientes especiais, que de certa forma respeitando-o e respeitando as regras estabelecidas pelo CODEC o

deficiente se sentira mais respeitado, pois ele estará vendo que a sociedade o respeita e com isso se torna agradável pra si mesmo.

3 OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS:

3.1 DIREITO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

De acordo com Sasaki (2008) todos tem o direito de uma educação de qualidade sendo assim não terá impedimento de raça, gênero, deficiência, etnia, classe social entre outras.

Em 13 de dezembro de 2006, a assembléia geral da organização das nações unidas (ONU) aprovou o texto da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. No artigo 24, a convenção trata do “direito a educação”. (SASSAKI, 2008, p 83).

Neste fato para conseguirmos sair de uma interação e conseguirmos fazer uma inclusão temos que nos remodelar e tratar todos os alunos como se fosse o único sendo assim ajudá-lo no seu desenvolvimento com isso que mesmo com sua limitações ele pode ser tratado como normal, nesse fato não podemos nos deixar ser influenciado somente pela parte arquitetônica mas sim temos que ser preparados de forma pedagogicamente.

Fazendo isto estaremos contribuindo e muito para nossas futuras gerações e estaremos tornando lugares onde os alunos deficientes possam ser inclusos na sociedade, formando um futuro melhor sem discriminação, sem preconceito e o mais fundamental sem exclusão.

Na integração escola, os alunos com deficiência eram o foco da atenção. Na inclusão escolar o foco se amplia para todos os alunos com necessidades especiais (dos quais alguns tem deficiência), já que a inclusão traz para a escola toda a diversidade humana.(SASSAKI, 2008, p. 84)

3.2 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Segundo a Política Nacional de Educação Especial (2008). A formação de professores para atuar na modalidade de educação especial deve contemplar a concepção de educação especial que passa a desenvolver suas ações de forma complementar ou suplementar a educação comum e não mais de forma substitutiva. Esta formação é obtida em cursos de graduação, pós-graduação e de formação

continuada para atendimento educacional especializado, incluindo além o conhecimento da área, o estudo dos casos, o planejamento, a seleção de atividades e a avaliação dos planos de atendimento educacional especializado. De acordo com Santos (2003) o profissional que trabalhe com a inclusão é necessário “maturidade do profissional em busca de um trabalho coletivo, de uma vivência para a construção do conhecimento; tem que terá capacidade de desenvolver recursos próprios para lidar com a frustração de estar limitado quanto as possibilidades; tem que conhecer o alunos para educá-lo, conhecer como ele aprende para ensiná-lo, saber quais aprendizagens estão construídas neste sujeito, saber quais marcas estão definindo suas escolhas, estar disposto a vincular-se ao sujeito, ter a possibilidade de vínculo afetivo, ter disponibilidade para aceitação do outro em sua maneira de ser , e ter flexibilidade para avaliar sua própria trajetória como educador e mudá-la se necessário for”. Portanto como vimos o profissional que trabalha com a inclusão além de ter formação acadêmica específica para área de educação tem que desenvolver algumas habilidades e atitudes necessárias para esta função. Conforme a nova Política Nacional a educação Especial, depende de muitos fatores e um deles é o papel do professor, pois mesmo que toda a estrutura (física, pedagógica, ideológica), esteja adequada, este processo só será efetivado realmente se contar com professores preparados e dispostos. Portanto quando um professor acredita na capacidade do aluno e acredita que ele pode aprender independentemente das suas dificuldades, o professor estará incluindo este aluno em todas as atividades propostas, ele percebe que o aluno pode contribuir.

A função do professor na inclusão, ou seja, Escola Plural, como em qualquer outra modalidade de ensino é o de criar desequilíbrios apresentado ao aluno, o novo e desconhecido, pois diante do desafio, a criança tende a assimilar o conhecimento, utilizando recursos motores e intelectuais que possuem. (SOLER, 2005, pág. 107).

3.3 PRÁTICAS EDUCACIONAIS: COMO ENSINAR

Segundo Gallo (1999), as escolas abertas às diferenças e capazes de ensinar a turma toda demandam um re-significado e uma organização completa dos processos de ensino e de aprendizagem, pois não se pode encaixar um novo projeto em uma velha matriz de concepção de ensino.

Para melhorar a qualidade do ensino e conseguir trabalhar com as diferenças existentes nas salas de aula, é preciso enfrentar os desafios da inclusão escolar, sem fugir das causas do fracasso e da exclusão. Além disso, é necessário desconsiderar as soluções paliativas sugeridas para esse fim.

As medidas normalmente indicadas para combater a exclusão não promovem mudanças, ao contrário visam mais neutralizar os desequilíbrios criados pela heterogeneidade das turmas do que potencializá-los, até que se tornem insustentáveis, forçando, de fato, as escolas a buscar novos caminhos educacionais, que atendam a pluralidade dos alunos.

Enquanto os professores persistem em uma linha como, por exemplo: Propor trabalhos coletivos que nada mais são atividades individuais; adotar o livro didático como ferramenta exclusiva; servi-se da folha mimeografada ou xerocada; propor projetos de trabalho totalmente desvinculados das experiências e considerar a prova final como decisiva.

Esses exemplos citados configuram o velho e conhecido ensino para alguns alunos, e para alguns alunos em alguns momentos, em algumas disciplinas, atividades e situações de sala de aula.

Sendo assim começa a aumentar a exclusão, atingindo a todos os alunos que apresentam alguma dificuldade de maior aprendizagem ou uma deficiência específica. Pois cada sala sempre haverá alunos que rejeitaram as propostas proposta de trabalho.

O ensino para alguns é ideal para gerar indisciplina, competição, discriminação, preconceitos e para categorizar os “bons” e os “maus” alunos por critérios que são, no geral, infundados.

Já o ensino ideal para todos desafia o sistema educacional, a comunidade escolar e toda uma rede de pessoas, que se incluem num movimento vivo e dinâmico de fazer uma educação que assume o tempo presente como uma oportunidade de mudança.

É um ensino que coloca o aluno como o foco de toda a ação educativa e possibilita a todos os envolvidos a descoberta contínua de si e do outro, enchendo de significado saber/sabor de educar.

Ainda hoje, as pessoas têm uma visão conservadora, de que as escolas de qualidade são aquelas que enchem as cabeças dos alunos com datas, formulas conceitos e fragmentos. Sem dúvida o conteúdo curricular é muito importante, mas

não é o único ponto a ser considerado, quando nos referimos em uma educação de qualidade.

Persiste a ideia de uma escola de qualidade aquela que centram a aprendizagem nos conteúdos programáticos da disciplina curricular, exclusivamente, as que enfatizam o aspecto cognitivo do desenvolvimento e que avaliam os alunos, quantificando respostas-padrão.

Ao contrario uma escola de qualidade e quando ela consegue aproximar os alunos entre si, tratar de conteúdos acadêmicos como meios de conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam e ter como parceiros as famílias e a comunidade em prol do projeto escolar.

Uma proposta pedagógica inclusiva norteia-se pela base nacional comum (LDBEN) e pode se referendar na educação não-disciplinar.

[...] Formação de redes de conhecimento e de significações em contraposições a currículos apenas conteudistas, a verdades prontas e acabadas, listadas em programas escolares seriados; interação de saberes decorrente da transversalidade curricular e que se contrapõe ao consumo passivo de informações e de conhecimento sem sentido; descoberta, inventividade e autônoma do sujeito na conquista do conhecimento; ambientes polissêmicos, favorecidos por temas de estudo que partem da realidade, identidade social e cultural dos alunos, contra toda a ênfase no primado do enunciado desvinculado da prática social e contra a ênfase no conhecimento pelo conhecimento. (GALLO, 1999, p. 17).

4 ARQUITETURA ACESSIVEL

Com bases na lei nº 10.098/00 todas escolas devem promover um ambiente acessível eliminando todas as barreiras arquitetônicas que atendam a diversidade humana. Contudo foi decretada a lei nº 5.296/2004 onde estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com pouca mobilidade.

O direito a acessibilidade é a pessoa poder usar, com segurança e autonomia, os espaços, os mobiliários e os equipamentos urbanos, as edificações, os serviços de transportes e os meios de comunicação e informação as pessoas. (GUGEL, 2007, pág. 57).

A acessibilidade deve garantir para a pessoa surda acesso a língua de sinais (LIBRAS). A pessoa cega direito a livros em Braille, as pessoas que usam cadeiras de rodas que possam entrar em um ônibus sem necessidades de ser carregada, e que tenha facilidades de usar banheiros públicos e privados, e o aluno com problema de locomoção que possa ser colocado em uma sala de aula que permita que ele circule livremente. Garantir assentos de uso preferencial sinalizados, espaços em instalações acessíveis, mobiliários de recepção e atendimento adaptado a altura e a condição física de pessoas em cadeiras de rodas, atendimento guias - interpretes sinalização nos ambientes admissão e permanência de cão guia, divulgação de direito de atendimento prioritário em lugar visível. (GUGEL, 2007. pág. 59).

4.1 O DIREITO A ACESSIBILIDADE

A acessibilidade depende das condições ambientais de acesso a informação, das possibilidades de locomoção e de uso de atividades que permitem aos indivíduos participação da sociedade e estabelecer relações com as demais pessoas.

Acessibilidade espacial significa poder chegar a algum lugar com conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece, e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis. Para um aluno ir até a escola, situada no centro da cidade, é possível chegar através de automóvel, de ônibus ou até a pé. No caso de um cadeirante, o percurso deve ser acessível(com rampas nos passeios e na entrada do edifício, dimensão adequadas, travessias seguras, etc.) Ao entrar na escola deve ser possível identificar o

caminho a seguir de acordo com as atividade desejada. Dischinger e Machado (2006 apud SCHIRMER,2007, p.106)

Através da configuração espacial e ou da informação adicional(por exemplo, utilizando a rampa para ir a biblioteca no segundo andar). Um aluno com deficiência visual deveria poder obter informações através de mapas táteis e em braille para encontrar sua rota com independência. Finalmente ao chegar na biblioteca deve ser possível a todos os alunos em condições de conforto e segurança. Enfim prover acessibilidade espacial é sobretudo, oferecer alternativas de acesso e uso a todas as pessoas, garantindo seu direito de ir e vir, sua condição de cidadania”.

4.2 ACESSIBILIDADES: ESPAÇO FÍSICO, ADAPTAÇÕES E QUEBRANDO BARREIRAS

No entanto a acessibilidade não deve ter barreiras ambientais físicas nas escolas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individual ou coletivos.

Segundo o decreto nº 5.296/2004, acessibilidade está relacionada em fornecer condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, do serviço de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O mesmo documento ainda destaca que as barreiras são definidas como qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso a informação.

Sendo assim de acordo com o que acreditamos que a acessibilidade tem que promover a segurança para aqueles que por algum tipo de deficiência, a pessoa possa usufruir da forma que se sinta bem.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio da norma NBR 9050, intitulada "Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos", procura fixar os padrões e critérios que propiciem às pessoas portadoras de deficiência condições adequadas e seguras para o acesso autônomo às edificações, espaço,

mobiliário e equipamentos urbanos. A quebra de barreiras atitudinais começa dentro de cada um de nós, na forma como sentimos e lidamos com as diferenças dentro da nossa própria família, no nosso trabalho e na nossa comunidade.

Contudo a acessibilidade fica evidente que é fundamental para que esses portadores de deficiência possam sim, ter igualdade em suas ações dentro dos espaços pessoais e espaços urbanos.

4.3 ARQUITETURA ACESSIVEL NAS ESCOLAS

“A acessibilidade é garantir a todas as pessoas o direito de utilizar, as construções, os equipamentos urbanos, os mobiliários, os transportes e os meios de comunicação (livros, radio, TV, internet) com segurança e autonomia”. (BRASIL, 2008, pag.57)

Segundo Brasil (2008), a acessibilidade garante que as pessoas que tem deficiência auditiva possam entender o que se passa na televisão e que possam também ter acesso a língua de sinais (LIBRAS). Ela permite as pessoas com deficiência visual ter acesso a livros de braile, ao deficiente físico cadeirante a possibilidade de entrar em um ônibus sem ser carregado, ir a banheiros públicos ou privados com facilidade, aos alunos com dificuldade de locomoção a acessibilidade permite que estes possam ficar em uma sala onde possam circular livremente, entre outros.

“A acessibilidade esta ligada ao direito de ir e vir, portanto você deve lutar para que seu direito seja garantido e você possa circular, andar nas ruas, em locais públicos, praças, e outros espaços da sua cidade”. (BRASIL, 2008, pag. 57).

Recorrente a Dischinger (2004 apud SCHIRMER, 2007, p. 106), os projetos arquitetônicos acessíveis podem se valer dos cinco primeiros do desenho universal que muito colaboram para a inclusão escolar que são estes.

Direito a equidade, participação: onde “todos os ambientes devem ser desenhados de forma a não segregar ou excluir pessoas, promovendo a socialização e a interação entre indivíduos com diferentes condições físicas, mentais e sensoriais. Desta forma, ambientes e equipamentos adaptados não devem ser isoladas dos demais espaços, possibilitando o uso independente, na medida do possível, por indivíduos com habilidades e restrições diferentes”. (DEISCHINGR, 2004, pág. 157).

Direito a independência: onde “todos os espaços físicos-pátios, caminhos, salas, etc. e seus componentes, brinquedos, pisos, rampas, carteiras, etc. devem permitir o desempenho de atividades de forma independente por todos os usuários. No caso de indivíduos com restrições devem-se prover as condições para sua independência. Na impossibilidade da realização de atividades de forma independente, o indivíduo tem direito a um acompanhante.” (DEISCHINGR, 2004, pág. 158).

Direito a tecnologia assistiva: na qual “todos os alunos com necessidades especiais tem o direito a utilização de equipamentos, instrumentos, recursos e material técnico-pedagógico adaptados de uso individual ou coletivo necessário para desempenho das atividades escolares. Incluem-se nesta categoria as salas de recurso, computadores com programas especiais material em braille, etc”. (DEISCHINGR, 2004, pág. 159).

Direito ao conforto e segurança: onde “todos os ambientes e equipamentos devem possibilitar seu uso e a realização de atividades com conforto e segurança, de acordo com as necessidades especiais de cada indivíduo. O desenho deve minimizar o cansaço, reduzir o esforço físico, evitar riscos a saúde e acidentes dos usuários”. (DEISCHINGR, 2004, pág. 160).

Direito a informação espacial: que “ deve estar prevista a possibilidade de acesso a informação espacial necessária para a compreensão, orientação e uso dos espaços a todos os alunos, independentemente de suas habilidades. A informação espacial é fornecida através das qualidades dos elementos arquitetônicos ou adicionais (mapas, totens, sinalização sonora) que permitem a compreensão da identidade dos objetivos no espaço. No caso de alunos portadores de deficiência sensorial (surdos, cegos e com baixa visão) fontes alternativas de informação deverão estar disponíveis quando necessárias.” (DEISCHINGR, 2004, pág. 159).

4.4 ACESSIBILIDADE ATITUDINAL

Ao contrario de que muita gente pensa a maior barreira das pessoas com deficiência não é arquitetônica, a dificuldade de comunicação e o preconceito da sociedade também acabam afastando milhares de pessoas do convívio social e das oportunidades de educação, lazer, cultura e trabalho.

Atualmente, existem diversos programas que permitem que as pessoas com deficiência dos recursos que o computador oferece. Essas ferramentas podem constituir leituras para deficientes visuais, teclados virtuais, para pessoas com deficiência física ou motora e sintetizadores de voz para pessoas com problemas de fala entre outros programas e acessórios que venham proporcionar uma melhor acessibilidade para as pessoas com comprometimento. (SASSAKI, 2009)

Mas não basta somente isto, precisa acessibilidade atitudinal, não apontar quem é ou quem não é o deficiente e sim desenvolver mudanças atitudinal, mesmo sem ser solicitado, mas de uma maneira digna para que possa atender diante de todas as necessidades. Existe ainda cultura de que pessoas com deficiência não sai de casa, não produz e não é consumidor, por isso que ela recebe de direito a educação a saúde, sempre visto como ônus. Infelizmente vivemos num mundo capitalista também numa sociedade onde o individualismo esta em evidencia por isso que a minoria não é respeitada no país. Com isso “tem pessoas que mesmo sabendo que é errado, coloca o carro na calçada e acha que não vai atrapalhar ninguém”.

Para ele a acessibilidade atitudinal é mais difícil de ser conquistada do que a arquitetônica, consegue-se melhorar as barreiras arquitetônicas e não consegue mudar as pessoas facilmente

Segundo Nascimento (2009) hoje a inclusão tende a apavorar os profissionais por colocar nas salas daqueles comuns todos os tipos de deficiência e por não saberem como agir com os mesmos por falta de conhecimento. Quais os limites dessas crianças, o que eles são capazes de aprender, de que maneira ensinar e o que ensinar.

São questionamento pertinentes mostrando que é possível desenvolver atividades e que diante deste contexto é a falta da acessibilidade atitudinal, sendo assim esta aberto a este recebimento e não como obrigação legal, mas como profissional completo, dentro do exercício pleno de sua profissão. E estar aberto é pesquisar e querer ir alem melhorando suas atitudes tornando-os mais acessíveis as mudanças, olhando dentro de nos mesmos em nossa volta vejamos em quantas coisas somos diferentes dos demais. (NASCIMENTO, 2009, pág. 04).

Procurar perceber e entender o que “Ser Diferente” é a constituição dessa sociedade que todos temos defeitos e qualidades dos mais “normais” aos que possuem alguma deficiência e o importante é vermos pessoas com suas

potencialidades. A acessibilidade atitudinal consegue ver a criança não a partir de suas limitações e sim a partir do seu potencial. (NASCIMENTO, 2009, pág. 04).

Segundo Sasaki (2009), a denominação acessibilidade tecnológico não constitui outro tipo de acessibilidade, pois o aspecto tecnológico deve permear as demais à exceção de acessibilidade atitudinal que não deve haver preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminação.

No campo do lazer: Educação da sociedade como um todo e, especialmente, dos profissionais com poder de decisão, mas ainda preconceituosos a respeito das pessoas com deficiência, e que por isso deixam de abrir oportunidades de lazer para estes segmentos. No campo de Educar: Realização de atividades de sensibilização e conscientização promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar, preconceitos, estigmas e estereótipos, com, alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social), para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios. (NASCIMENTO, 2009, pág. 04).

Um ambiente escolar que não seja preconceituoso melhora a auto-estima dos alunos e esta contribuindo para que eles realmente aprendam em menos tempo e com mais alegria, mais motivação, mais cooperação, mais amizade e mais felicidade. Pessoal capacitado em atitudes inclusivas para dar atendimento aos usuários com deficiência de qualquer tipo. (NASCIMENTO, 2009, pág. 04).

4.5 OS CAMINHOS PERCORRIDOS EM BUSCA DE UMA ESCOLA PLURAL

Estudos acerca dos caminhos percorridos no âmbito da Educação Especial, eles se baseiam primeiramente na construção de terminologia durante os séculos da história brasileira. Percebe-se que a aceitação ou rejeição de pessoas com deficiência na sociedade esta diretamente com a terminologia conferida a estas pessoas. Ou seja, se eram chamadas de incapacitadas, afirma que não eram úteis para a sociedade. No decorrer dos tempos historicamente deferentes nome utilizado na Educação Especial, procurando resgatar os diferentes momentos vivenciados, objetivando a compreender que acontecimentos ou fatos influenciaram na pratica de cotidiano escolar, marcando as conquistas alcançadas pelas pessoas com necessidades especiais. (OLIVEIRA, 2010, pág. 28).

4.5.1 A terminologia utilizada no Brasil em relação às pessoas com necessidades especiais

Segundo STAINBACK (1999) A construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a linguagem. Na linguagem se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação as pessoas com deficiências.

Vale apenas ressaltar que muitos destes nomes são utilizados pela sociedade até os dias de hoje, termos estes não científicos, mas do senso comum.

Tabela 1 – Síntese histórica de terminologia

Termo	Período
Inválido	Desde a Antiguidade até o fim da Segunda Guerra Mundial.
Mongolóide; mongol	Termo utilizado no século XIX, pela comunidade científica
Criança excepcional	Décadas de 50, 60 e 70. Esta terminologia era utilizada para crianças com deficiência mental. A partir das décadas de 80 e 90 a mesma se referia a pessoas com deficiência mental e pessoas com altas habilidades
Defeituoso físico	Até o final da década de 70
Pessoa deficiente	1981 em diante
Pessoa portadora de deficiência	Decorrer da década de 80
Pessoa com deficiência	Metade da década 90
Necessidades educativas especiais	A partir de 2001
Visão subnormal	Até a década de 90
Ceguinho	Século XX até a atualidade
Surdo-cego	Século XX até a atualidade
Surdo-mudo	Século XX até a atualidade
Surdinho	Século XX até a atualidade
Mudinho	Século XX até a atualidade
Retardo mental	Século XX até a atualidade
Retardamento mental	Século XX até a atualidade
Sala de aula normal	Século XX até a atualidade
Pessoa dita deficiente	Século XX até a atualidade
Pessoa presa (Confinada, Condenada) a uma cadeira de rodas	Década de 90

O incapacitado	Até a década de 80
O epilético	Década de 90
Deficiências físicas	Século XX até a atualidade
Deficiente físico	Século XX até a atualidade
Deficiência mental leve, moderada, severa, profunda	Século XX até a atualidade
Deficiente mental	Século XX até a atualidade
Doente mental	Décadas de 30, 40 e 50
O paralisado cerebral	Até a década de 80
Pessoa dita normal	Até a década de 90
Portador de deficiência	1986 e 1996
Idiota	Até a década de 90

FONTE: Sasaki apud Stainback; Stainback, 1999, p. 163

Atualmente a expressão mais utilizada para designar estas pessoas é “pessoas com necessidades especiais” não utilizam expressões como mongolóide. Entretanto estes termos estão impregnados na sociedade brasileira.

Para uma melhor compreensão, seguem frases de Romeu Kazumi Sasaki (1999, pág. 163).

Tabela 2 – Frases (pré) conceituosas

FRASES	INTERPRETAÇÃO
“Apesar de deficiente, ele é um ótimo aluno”	Na frase tem um preconceito embutido: “A pessoa com deficiência não pode ser um ótimo aluno”
“Ela é surda (ou cega), mas não é retardada mental”	A frase obtêm um preconceito: “Todo surdo ou cego tem um retardo mental”
“Ela foi vítima de paralisia infantil”	A poliomielite já ocorreu nesta pessoa (por exemplo, ela teve pólio). Enquanto a pessoa estiver viva, ela tem seqüela de poliomielite. A palavra vitima provoca sentimento de piedade
“Ele atravessou a fronteira da normalidade quando sofreu um acidente de carro e ficou deficiente”.	A normalidade, em relação a pessoa, é um conceito questionável. A palavra sofrer coloca a pessoa em situação de vitima e, por isso, provoca sentimento de piedade.
“Esta família carrega a cruz de ter um filho deficiente”	Nesta frase há um estigma embutido: Filho deficiente é um peso morto pra família.
“Ela foi vítima de pólio”	A palavra vitima provoca sentimento de piedade.

“Infelizmente, meu primeiro filho é deficiente; mas os segundo é normal” A normalidade em relação a pessoas é um conceito questionável, ultrapassado. E a palavra infelizmente reflete o que a mãe pensa da deficiência do primeiro filho.

FONTE: Sasaki apud Stainback; Stainback, 1999, p.164-165

A organização histórica e cultural de uma sociedade é determinante na construção de um conceito.

4.5.2 Vertentes pedagógicas

Até a década de 70 as pessoas com deficiência eram consideradas como alguém incompleto nos aspectos fisiológicos, neurológicos, psicológico em comparação com as pessoas ditas normais. Neste período a escola ainda era freqüentada em sua maioria pelas pessoas pertencentes à classe media alta, impedindo a democratização da escola, a que era uma facilitadora na exclusão das pessoas com necessidades especiais. Com o surgimento da escola nova as diferenças individuais dos seres humanos foram realçadas por contribuição de Montessori e Decroly (estudiosos que marcaram este período) com os considerados “seres anormais”. (OLIVEIRA, 2010, pág. 31).

Segundo Januzzi, (2006) afirma que é preciso ter presente que os modos de pensar não podem ser demarcados de modo que estanque categórico; vão surgindo no contexto social muitas as vezes de maneira sutil, quase imperceptíveis , e ai permanecem por muito mais tempo depois da preponderância.

4.5.3 Vertente economia da educação

Na trajetória da educação das pessoas com necessidades especiais percebe-se que muitos períodos foram marcados pela preocupação da sociedade de suprir a subsistência quanto à inserção no mercado de trabalho, deste modo ela modificaria a sociedade e a si próprios. (OLIVEIRA, 2010, pág. 32).

No período de 1920 e 1930 ocorre à industrialização de maneira mais acelerada, o país desenvolve-se muito mais rápido com o surgimento de indústrias e o governo. E assim os olhos se voltam também para a educação, pois ela é necessária para o desenvolvimento do país. Define-se então o estado como

responsável pela organização da economia e da formação dos recursos humanos neste mesmo período acontece à segunda Guerra Mundial (1939-1945) onde começa a dificultar a importação de produtos pelo Brasil. A educação então deveria servir para promoção individual, como meio de acesso ao melhor emprego e para o aumento da renda (incluindo nisto também a melhora de distribuição de renda entre as classes). Deste modo, a empresa que possuir um capital humano mais qualificado aumentara a sua produtividade. Neste sentido, faz-se necessário refletir sobre as relações ideológicas existentes entre capital e educação. Deste modo a educação tinha como papel formar alunos para os postos de trabalho existentes, a educação era produtora de recursos humanos que nada mais significavam do que mão de obra para o país. (OLIVEIRA, 2010, pág. 33).

4.5.4 Vertente médico-pedagógico

Os médicos influenciaram tanto na educação das pessoas ditas normais como das anormais. A vertente médico-pedagógico preocupa-se com a higiene das crianças de modo que os professores, em seus cursos de formação, possuía na grade a disciplina Higiene Escolar. Profissionais da área da saúde demonstram interesse pela educação das pessoas com necessidades especiais, e as ditas normais. Vale ressaltar que em muitas ocasiões estes profissionais desvalorizam estas pessoas. Sendo assim, percebe-se facilmente que as pessoas anormais era um estorvo para a sociedade e, para diminuir as consequências que ela geraria, era necessário educá-la. (OLIVEIRA, 2010, pág. 36).

Os médicos eram responsáveis tanto pela organização das classes de débeis mentais, por meio do serviço de Higiene Escolar e Educação Sanitária, quanto da seleção destas crianças nas escolas também não pode esquecer que estes profissionais tinham como responsabilidade a resolução de todas as questões da anormalidade. (OLIVEIRA, 2010, pág. 37).

4.5.5 Vertente psicopedagógico

Com o surgimento da vertente psicopedagógico a educação vai ser influenciada pela a psicologia que demonstra preocupação com os aspectos intelectuais dos seres humanos. Surgem então os primeiros testes de inteligência visando a organização das salas de aulas homogenias que facilitam o ensino

aprendizagem. A vertente psicopedagógica contribuiu muito com a reforma do sistema estadual de educação e nas conferências nacionais, visto que se preocuparam com os fundamentos das escolas de aperfeiçoamento e laboratórios de psicologia experimental. (OLIVEIRA, 2010, pág. 38).

Vale ressaltar que as reformas isentavam crianças com incapacidades física e mental desde que comprovada por profissional ou pessoa idônea. Caso a pessoa insistisse havia a lei para afastá-la. Não se pode esquecer também das pessoas com deficiência mais brandas (Constatadas por Profissionais) e que a escola não possuía meios para organizar classes especiais. (OLIVEIRA, 2010, pág. 39).

5 INCLUSÃO

Segundo Montoan (2004), a inclusão de fato é muito mais que estar no mesmo espaço, trocar experiência, socializar-se. É ser respeitado nas suas diferenças e não ter de se submeter a uma cultura, a uma forma de aprender, a uma língua que não é a sua. É também se sentir parte do grupo, identificar-se com ele. Incluir não é tornar o outro igual, não é dominá-lo, submetê-lo a uma forma de aprender que não é a sua, mas respeitar suas diferenças e libertá-lo do ônus com quem comumente vive por ser diferente numa sociedade que estabelece padrões únicos, comuns, de convivência social. Incluir é romper com os binômios normal/anormal, superior/inferior, eficiente/deficiente, com preconceitos, com cristalizações, com relações de poder e dominação. Temos que garantir a inclusão social às pessoas consideradas deficiência, e a escola podem contribuir para isso promovendo a apreensão dos conhecimentos historicamente construídos e a participação de todos nessa mesma construção. Possibilitando as pessoas deficientes tornarem-se sujeitos ativos, reflexivos e críticos.

Na perspectiva de Montoan (1997) a educação inclusiva é uma proposta de política pública de educação para todos, segundo o qual o aluno deve estudar numa escola única, sem divisões, categorizando, modalidades de ensino.

A Inclusão de pessoas consideradas deficientes intelectuais, Montoan (1997) afirma que, [...] o estudo da atividade cognitiva dos deficientes intelectuais aponta-nos a inclusão escolar dessas pessoas, no ensino regular, como uma condição que poderá contribuir significativamente para estimulá-las.

Falar em inclusão ainda é uma tarefa árdua e difícil, pois apesar de todos sentirmos que é chegado o momento da não exclusão da acolhida sincera, do afeto e do amor, as iniciativas se mostram muito tímidas uma vez que temos a percepção do que é preciso, mas não temos a ação. Muitas pessoas enxergam o mundo pelos olhos da exclusão, sempre imaginado que não a espaço para todos, e querendo o bastante para si, correndo sempre o risco de jogar contra o outro. E um tema difícil e polemico, porem deixara de ser polemico quando discutido por todos nós.(SOLER, 2005, pág. 17).

6 CONCLUSÃO

Em todas as cidades brasileiras, várias são as necessidades de procurar facilitar e igualar as condições das pessoas com deficiência, se cada um de nós, fazer nossa parte conseguiremos, em pouco tempo transformamos toda a sociedade em um lugar para que todos possam ir e vir e possam desfrutar de lazer, escola, trabalho, tendo uma vida com dignidade como cada ser humano necessita viver em sociedade e que há realmente pluralização nas escolas sem rotular e danificar alguém. Na atualidade, o número de pessoas com deficiência vem aumentando cada dia mais, por isso que estamos buscando a inclusão dessas pessoas tanto nas escolas quanto na sociedade, para que elas possam sentir-se acolhidas, pois sabemos que muitas são as discriminações com estas pessoas. No entanto buscamos sempre essa inclusão tão desejada, pois sabemos que alunos que apresentam deficiência, merecem o respeito como qualquer outro aluno dito normal, com educação de qualidade e respeito mútuo. Tanto dos próprios professores quanto dos alunos e da própria sociedade. Portanto as escolas devem estar preparadas para atender estes alunos tanto na arquitetura acessível com toda a infra-estrutura adequada com rampas, banheiros, material didático entre outro para atender esses alunos e também com a acessibilidade atitudinal, sendo assim com atitudes para fazer a diferença na escola e na sociedade. Pois é um direito das pessoas receber uma educação de qualidade, já as escolas que apresentam estruturas inadequadas, que se regulamentem para atender estes alunos com deficiência sendo assim se tornando uma escola plural. Por isso concluímos que um ambiente inclusivo, deve acolher as pessoas com deficiência e também aqueles que não apresentam algum tipo de necessidades, tornando-o estes ambientes pluralizados. Contudo a inclusão não é só na aquisição de matérias adaptados, mas também, na arquitetura acessível, nos programas de atendimento e também através da nossa acessibilidade atitudinal.

Segundo Montoan (1997), a inclusão escolar, para ser verdadeiramente desenvolvida requer a participação e o esforço de todos os que fazem a comunidade escolar (docentes, equipe administrativa, coordenadores pedagógicos, funcionários, pais e alunos) não basta envolver os professores que irão receber os alunos com deficiência em suas classes, é preciso que a escola, como um todo, participe consciente e afetivamente do processo. Trata-se no campo educacional, de uma

aprendizagem pessoal e de mudança de paradigmas no que se refere ao deficiente e aponta reflexões sobre nos educadores, lidamos com a diversidade, lidamos com a diferença cabe a escola buscar soluções para atender as necessidades de cada educando buscando alternativas para adaptar-se às condições de todos os alunos. Tal concepção implica em diversas modificações na estrutura organizacional da escola, que vai desde a metodologia utilizada até a avaliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANZIANI, Maria de Lourdes; **Educação Especial: Visão de Um Processo Dinâmico e Integrado**, Curitiba, EDUCA, 1985.

CODEC, Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Criciúma; DISCHINGER, Marta; MACHADO, Rosângela. Desenvolvendo ações para criar espaços escolares acessíveis. IN: Inclusão. Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação espacial. Ano2, nº2, agosto/2006. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.

FONSECA, Vitor da. Educação Especial: programa de estimulação precoce- Uma introdução as idéias de Feuerstein/Porto Alegre: Artes Medicas 1995.

FREITAS, Soraia Napoleão. Tendências Contemporâneas de Inclusão. Editora UFSM- Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

GALLO, S. Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar. In:N.Alves(Org.) O sentido da escola. Rio de Janeiro: DP&A Editora. (PP.17-43), 1999.

GUGEL, Maria Aparecida. Pessoas com Deficiência e o Direito ao Concurso Publico: Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

JANUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2006.

MAZZOTTA; Marcos José da Silveira; **Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial**; São Paulo, EPU, 1993, p. 145.

MAGELA. G. **A escola Plural na Berlinda**. Minas Gerais, 2004.

MENDES, E.G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro,v.11,n.33,set./dez.2006.p.387-405.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários a educação do futuro**. São Paulo: Cortez. UNESCO, 2001.

MONTOAN, Maria T.E.(org). A interação de pessoas com deficiência: contribuições para reflexão sobre o tema. São Paulo: Memmon: Editora SENAC, 1997.

MONTOAN, Maria Teresa E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. IN.: Revista de Estudos Jurídicos, Brasília, nº 26, jul./set. 2004.

NASCIMENTO, Maria M. **Inclusão Social: Primeiros Passos**. Aruja. São Paulo: 2009.

OLIVEIRA, Talita Cilene Leite de. Educação Especial/ Inclusiva: Aspectos Históricos Legais e Filosóficos-UNIASSELVI- 2010.

OLIVEIRA, F.F. **Dialogando Sobre Educação, Educação Física e Inclusão Escolar**. 2006, Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/educa1.htm>>. Acesso em 25 de maio 2012.

POLITICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Revista da Educação Especial**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, jan/jun 2008.

ROSSETO, E. **Processo de Inclusão: um grande desafio para o século XXI**. 2006. Disponível em: <<http://www.presidentekennedy.br/rece/trabalhos-num3/artigo09.pdf>>. Acesso em 23 de maio de 2012.

SANTOS, Mônica Pereira dos Santos. **A Prática da Educação para a Inclusão**. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Almeida; TANAKA, Eliza Deiko Oshiro (orgs). **Inclusão**. Londrina: eduel, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Educação. In: RESENDE, Ana Paula Cosara de; VITAL, Flavia Maria de Paiva(cordenação). **A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília: Secretaria dos direitos humanos, 2008. P 83-85.

SASSAKI, Romeu kazumi. **Inclusão: Acessibilidade no Lazer Trabalho**. Educar Revista Nacional de Reabilitação. São Paulo, abril, 2009.

SASSAKI, Romeu kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, Lucimara Maria da. Família da Pessoa Portadora do Autismo e Escola: Uma parceria educacional. São Paulo: Puc, 1997.

SOLER, Reinaldo. **educação Inclusiva: Em busca de uma Escola plural**. Rios de Janeiro: Sprint, 2005.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William: **Inclusão**: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.

www.uol.com.br/jc/sites/limites/53acessibilidades.html.

ZANELLA, M. N. **Programa de Pós-Graduação em Educação Especial**. 2006. Disponível em <<http://www.ufscar.br/~cech/ppgees/propobjet.htm>>. Acesso em 20 maio de 2012.